“Integridade em Ação – Pela Afirmação da Transparência em Portugal”

Programa da Lista A – Manifesto Eleitoral

Candidatura aos corpos sociais

Transparência e Integridade, Associação Cívica (TI-PT)

Mandato 2026-2029

— INTRODUÇÃO E VISÃO

Candidatamo-nos aos órgãos sociais da Transparência e Integridade num momento em que o combate à corrupção deixou de poder ser pensado como um problema de gestão pública, de procedimentos mal desenhados ou de funcionários pouco escrupulosos, e passou a ser, em Portugal como no resto da Europa, uma questão de arquitetura constitucional. A corrupção prospera onde o controlo recua, e o controlo recua onde as instituições que o exercem, tribunais, entidades administrativas independentes, imprensa, sociedade civil, são progressivamente enfraquecidas, contornadas ou capturadas, quase sempre em nome da eficiência, da urgência ou da vontade da maioria; é este o padrão que a erosão do Estado de direito seguiu, nos últimos quinze anos, em democracias que julgávamos consolidadas, e é este o padrão que se começa a reconhecer entre nós, quando a fiscalização prévia da despesa é reduzida, quando a auditoria de um programa de investimento sem precedentes é entregue a quem o executa, ou quando se legisla contra os pareceres das instituições de controlo sem que o sistema de garantias reaja. A diferença entre uma democracia que resiste e uma que cede não está na Constituição que tem, mas na capacidade de quem a defende para o fazer a tempo, sobre casos concretos, com dados e não apenas com princípios.

É por isso que ser órgão social da TI Portugal é, antes de mais, assumir uma posição sobre o que a democracia exige de nós: não a neutralidade de quem observa, mas a cidadania ativa de quem escrutina, documenta e denuncia, incluindo quando o poder que o exige é o de quem governa com legitimidade eleitoral. Opomo-nos a que o combate à corrupção seja instrumentalizado na luta política e recusamos participar nesse jogo. Assumimo-la enquanto capítulo português de um movimento global que, da defesa dos direitos humanos à luta contra o branqueamento de capitais, aprendeu que a integridade das instituições é indivisível, e que a corrupção que se tolera num setor acaba por corroer todos os outros. Fazemo-lo também com a consciência de que os dados nos são desfavoráveis: o pior Índice de Perceção da Corrupção desde 2012 e um Eurobarómetro em que quase todos os portugueses declaram viver num país onde a corrupção é generalizada e a grande corrupção fica impune não descrevem apenas a realidade, descrevem a confiança que os cidadãos deixaram de ter nas instituições que deviam protegê-los, e é essa confiança, mais do que qualquer lei, que está em causa.

Somos uma lista experiente, renovada e multidisciplinar, comprometida com a continuidade da Associação enquanto instituição independente, respeitada e credível, e com a execução da Estratégia TI Portugal 2023-2030, aprovada em Assembleia Geral. A Estratégia é, nos seus próprios termos, um referencial e não um plano: vincula, mas concretiza-se nos eixos de ação que cada Direção define, com fundamento na sua legitimidade eleitoral, afetando recursos, pessoas, metas e indicadores. Os dez eixos que se seguem são a nossa escolha para os próximos três anos, e assumem uma prioridade que a Estratégia não fixou porque não podia ainda fixá-la: a defesa das instituições de controlo como condição de tudo o resto.

— **PRINCIPAIS EIXOS DE AÇÃO**

1. **Proteção e escrutínio das instituições de controlo**
   A prevenção da corrupção não depende apenas de leis, depende das instituições que as fazem cumprir e da salvaguarda da sua independência e condições de funcionamento. O Tribunal de Contas, a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, a Entidade para a Transparência e o Mecanismo Nacional Anticorrupção integram o sistema português de controlo do poder; a sua independência, os seus meios e a sua capacidade efetiva de atuar são, por isso, um objeto próprio da ação da TI Portugal, e não uma consequência indireta de outros eixos. Assumimos o compromisso de fiscalizar e defender esse sistema como um todo, incluindo contra o Governo e a maioria parlamentar de cada momento, sempre que a sua arquitetura seja alterada, os seus poderes reduzidos ou os seus recursos comprimidos.
   Esse compromisso tem hoje um primeiro terreno de prova. A nova Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e a revisão do Código dos Contratos Públicos, ambas promulgadas em 2026, reduzem em simultâneo a fiscalização prévia e a concorrência: o visto passa a exigir-se apenas acima de dez milhões de euros e pode ser dispensado mesmo aí, por acreditação da Inspeção-Geral de Finanças, ao mesmo tempo que se alargam o ajuste direto e a consulta prévia. A reforma entrou em vigor sem fiscalização preventiva da constitucionalidade e apesar das reservas públicas da presidente do Tribunal. Documentaremos ano a ano a execução do novo regime, em especial os contratos subtraídos ao visto, e levaremos os resultados às instâncias europeias no quadro do Regulamento (UE) 2020/2092 e da Diretiva (UE) 2026/1021.
   O segundo terreno é o do financiamento da política. A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a Entidade para a Transparência só cumprem a sua função se apreciarem as contas dos partidos e das campanhas, e as declarações de património e interesses dos titulares de cargos políticos, em tempo útil e com meios próprios. Comprometemo-

nos a monitorizar e a tornar públicos os atrasos, as insuficiências de dotação e as lacunas legais que esvaziam estas entidades.

O terceiro terreno é o do Mecanismo Nacional Anticorrupção, com o qual a TI Portugal colabora em programas de educação e integridade e continuará a fazê-lo. Essa colaboração é regida por salvaguardas de autonomia institucional, por limites à concentração de receita numa única contraparte e pela liberdade, expressamente reservada, de criticar publicamente o MENAC quando a sua atuação o exigir.

2. **Escrutínio do investimento em Defesa**

   Portugal está a executar o maior aumento de despesa militar da sua história democrática. O compromisso assumido na cimeira da NATO de Haia (2025) fixa um objetivo de 5% do PIB, dos quais 3,5% em despesa militar direta, e o Programa SAFE (Instrumento de Ação para a Segurança da Europa) canaliza para o setor volumes de investimento que se decidem em ciclos curtos, com forte componente de contratação por ajuste direto, fonte única ou acordo intergovernamental, e sob a pressão política de uma urgência que, por definição, comprime o controlo. É a combinação que a experiência comparada identifica como de risco máximo: montantes elevados, sigilo legítimo, pouca concorrência e fraca tradição de auditoria. O modelo de governação entretanto aprovado agrava, em vez de mitigar, esse risco. O Decreto-Lei n.º 163/2026 confia a auditoria e o controlo do programa a uma comissão composta exclusivamente por serviços dependentes dos ministérios que executam a despesa; concentra na Inspeção-Geral de Finanças a presidência dessa comissão, a emissão dos pareceres de acreditação que permitem dispensar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e a dependência orgânica do ministro que autoriza os gastos; e remete a sujeição dos contratos ao Tribunal de Contas não para uma garantia expressa, mas para o que a lei orgânica do Tribunal vier a ser após a entrada em vigor da nova lei. A aquisição das fragatas foi anunciada antes de o modelo de governação estar publicado.

   A TI Portugal assume, por isso, um compromisso de escrutínio: acompanharemos cada grande aquisição do programa, publicaremos uma avaliação anual da governação do investimento em Defesa, com os riscos identificados e as medidas que propomos, e reivindicaremos a reposição da fiscalização prévia independente sobre os contratos acima dos limiares europeus, a separação entre quem autoriza a despesa e quem a audita, e a publicidade máxima compatível com a segurança nacional. Faremos este trabalho em articulação com o Programa de Defesa e Segurança da Transparency International e com os seus instrumentos de avaliação, e estamos disponíveis para contribuir para a formação dos quadros do setor em matéria de integridade.

3. **Avaliação do Impacto da ENAC 2020-2024 e reivindicação de uma nova estratégia nacional** alinhada com a Diretiva (UE) 2026/1021 do

Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2026, relativa à luta contra a corrupção. O encerramento do ciclo da Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) 2020-2024 carece urgentemente de uma avaliação técnica, estruturada e metodologicamente independente. A mera auscultação política ou a compilação de relatórios de atividades administrativas não substituem uma verdadeira análise de impacto real na sociedade e nas instituições. Precisamos de dados claros sobre o que funcionou e o que falhou, para garantir que os recursos públicos investidos na prevenção da corrupção geram resultados mensuráveis. A recente publicação da Diretiva (UE) 2026/1021 do Parlamento Europeu e do Conselho impõe um novo e exigente padrão europeu, designadamente na adoção de estratégias nacionais anticorrupção coordenadas e de grande impacto. Exigir uma nova estratégia nacional não decorre apenas de uma necessidade formal de transposição jurídica, mas constitui-se como o imperativo ético de alinhar Portugal com a vanguarda do combate à corrupção na Europa. A TI Portugal deve liderar o escrutínio e a exigência pública para que o Estado português desenhe este novo plano com base em metas claras, monitorização independente e total transparência.

4. **Produção legislativa e regulação da atividade partidária e parlamentar**

   A monitorização da legislação anticorrupção e da ética política é um pilar central da atividade da TI Portugal. É fundamental exigir que o Estado cumpra os compromissos internacionais assumidos em matéria de transparência e governação, garantindo que as medidas sejam aplicadas tempestivamente e dotadas dos meios financeiros e humanos necessários à sua implementação. Neste âmbito, a nossa atuação estratégica vai focar-se em três áreas fundamentais:

   - **Fiscalização Institucional:** Acompanhamento da qualidade das leis e da eficácia das entidades de controlo da transparência pública.
   - **Áreas de Escrutínio Crítico:** Vigilância atenta sobre o financiamento dos partidos, a gestão de conflitos de interesses no Governo e no Parlamento, e a validação pública do património e interesses dos cargos eleitos.
   - **Lei do lobby:** Exigência de que a implementação da lei, aprovada em 2026, seja acompanhada dos recursos humanos, técnicos e financeiros sem os quais o registo de transparência se converte numa formalidade.

5. **Autarquias, democracia local e participação cívica**

   Neste âmbito, pretendemos relançar o Índice de Transparência Municipal (ITM), que avalia o grau de transparência dos municípios através da informação disponibilizada aos cidadãos nos websites das Câmaras

Municipais. Entendemos que este índice é fundamental para a melhoria da qualidade da democracia local. O seu relançamento, atualizado e melhorado, será uma prioridade desta candidatura.

6. **Integridade nos negócios, transparência na economia.** Acreditamos que o setor privado é um aliado indispensável para garantir uma concorrência justa e sustentável. Sem comprometer a nossa independência, pretendemos revigorar o Fórum de Integridade como plataforma de interação entre empresas nacionais e estrangeiras, em torno de um compromisso exigente de prevenção da corrupção e respeito pelos direitos humanos. Simultaneamente, reclamamos legislação mais robusta contra a corrupção em transações internacionais, nomeadamente quando expostas à utilização de offshores e ao risco de práticas de branqueamento de capitais.

   Os pactos de integridade são o instrumento em que estes compromissos se encontram. Propomo-nos promover a celebração de um pacto de integridade numa grande aquisição do Programa SAFE, com monitorização independente pela TI Portugal, e avaliar o estado de implementação de Manuais de Boas Práticas, Códigos de Ética e de Conduta, canais de denúncia e sistemas de identificação de conflitos de interesses, nas instituições públicas e nas empresas, promovendo uma cultura organizacional de tolerância zero a estas práticas.

7. **Advocacia e educação na prevenção e no combate à corrupção**

   No Índice de Perceção da Corrupção 2025 da Transparency International, Portugal obteve 56 pontos, descendo um ponto em relação a 2024 e caindo para a 46.ª posição global entre 182 países. O país continua com um dos desempenhos mais baixos da Europa Ocidental e da União Europeia, refletindo uma tendência negativa iniciada em 2022. De acordo com resultados do Eurobarómetro Especial 573 – Atitudes dos Cidadãos em Relação à Corrupção na UE em 2026, a quase totalidade dos portugueses considera viver num país dominado pela corrupção – 94% dizem que a corrupção é generalizada em Portugal, 23 pontos acima da média europeia, e 81% acreditam que os casos de alta corrupção ficam por punir. O Eurobarómetro confirma e agrava o sinal de alerta do pior CPI de sempre. Perante estes dados alarmantes, na comunicação e advocacia, a TI Portugal pretende continuar a ser o principal referencial, autoridade e voz de conhecimento, competência e reputação, a nível nacional, na luta e defesa anticorrupção, transparência, integridade e boa governação, junto de todos os setores da sociedade, dos poderes públicos e do movimento TI.

   Educar e envolver as crianças, os jovens e a sociedade em geral na defesa da ética e da integridade é uma missão contínua que define a identidade da TI Portugal. Acreditamos que a sensibilização e a formação são os alicerces fundamentais para uma cidadania verdadeiramente ativa.

Está em curso a negociação de um novo protocolo com o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) que manterá os Integrity Bootcamps, programas de formação e educação cívica promovidos pela TI-PT em colaboração com o MENAC e a Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), e os alargará ao ensino superior, através da integração curricular da ética e integridade também neste nível de ensino, nos termos das salvaguardas de independência assumidas no primeiro eixo.

8. **Rede da Transparency International e representação na Lusofonia**
   Como membro da rede global da Transparency International, a TI Portugal alinha a sua atuação com as diretrizes gerais do movimento, colaborando de forma ativa na rede. Comprometemo-nos também a reforçar o nosso contributo para esta agenda global, consolidando o posicionamento da TI Portugal como um capítulo amplamente respeitado. Esta forte integração internacional não só gera sinergias valiosas, como também potencia o impacto e o alcance de todas as nossas iniciativas locais.
   Na Lusofonia, propomos a criação e extensão de redes de trabalho entre organizações lusófonas dedicadas ao combate à corrupção e à promoção da boa governação, e participaremos ativamente nas estruturas regionais do movimento.
9. **Comunicação e sustentabilidade da Associação**
   Este diagnóstico exige uma presença pública à sua medida: reforçaremos a notoriedade e o alcance das posições da TI Portugal junto da comunicação social, dos decisores e dos cidadãos, com uma estratégia de comunicação própria e regular. Essa presença só é sustentável com recursos que não dependam de uma única contraparte: diversificaremos as fontes de receita, através de candidaturas a projetos europeus e internacionais, da admissão de Associados Coletivos prevista nos Estatutos e de parcerias compatíveis com a nossa independência, e adotaremos um limite máximo à concentração de receita por entidade financiadora.
10. **Dinamização da relação com os associados**
    Abrimos as portas a uma participação mais ativa, próxima e colaborativa. Mais do que apoiar a causa da Associação, queremos que os associados façam parte da ação, envolvendo-se nas atividades desenvolvidas pela TI Portugal.

Reconhecemos as dificuldades e as limitações na nossa capacidade de intervir e influenciar as decisões políticas. O compromisso inabalável com a nossa independência exige uma reserva muito rigorosa no relacionamento com terceiros. Apesar de a TI Portugal possuir uma base associativa sólida, os recursos humanos e financeiros são escassos, o que limita o impacto das ações

que desejaríamos implementar e que os associados esperam de nós. Procuraremos superar este desafio pelas vias definidas no nono eixo, gerindo a escassez de meios sem comprometer a qualidade do trabalho e garantindo que a nossa isenção e credibilidade permanecem intocáveis.

Juntos queremos renovar o compromisso em ação por um Portugal mais transparente e íntegro!

Lisboa, 2026.09.09